



**Conselho de Administração**

**ATA 23/2018**

1  
2  
3 Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos,  
4 no prédio do Previmpa sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete, décimo quarto  
5 andar, teve início a quingentésima nonagésima oitava reunião ordinária do Conselho de  
6 Administração do Previmpa. Na verificação do quórum estavam presentes os seguintes  
7 conselheiros titulares: Adroaldo Bauer Spindola Correa, Alexandre Dias Abreu, Edmilson  
8 Todeschini, Eduardo Kreuzer, Flavia Pereira da Silva, Jeferson Miola, Luciano Saldanha  
9 Varela, Lucimar Rodrigues de Souza, Marilena Ruschel da Cunha, Mario Fernando Antônio  
10 da Silva, Pedro Luis da Silva Vargas, Regis Hoffmann, Renan da Silva Aguiar, Rogério dos  
11 Santos Colpes, Valdemir de Souza Estran e Wilibaldo Josué Grüner Scherer. Na ausência  
12 dos titulares, assumiram a titularidade os suplentes Antônio Renato Marrone, Livia  
13 Disconsi Wolitz de Almeida, Mônica Urroz Sanchotene e Valter Morigi. A sessão foi  
14 dirigida pelo Presidente Edmilson Todeschini, com o secretário Rogério dos Santos Colpes.  
15 Na verificação de quórum, foi constatado às 9 horas e 15 minutos o total de 19 conselheiros  
16 presentes. O conselheiro Alexandre solicitou que se discutisse a questão do atraso de  
17 conselheiros, propondo que seja estabelecido como critério, para o conselheiro participar  
18 como titular, que este deve estar presente até o início das discussões estabelecidas como  
19 ordem do dia. Caso o conselheiro chegue após o início das discussões da ordem do dia,  
20 poderá participar da sessão como assistente. Consultados os demais conselheiros, não  
21 havendo manifestação em contrário, foi aprovada a proposição do conselheiro Alexandre.  
22 Em seguida, às 9h22min, compareceu o conselheiro Estran e assumiu o posto de  
23 Conselheiro titular, eis que ainda não havia iniciada a discussão dos assuntos da ordem do  
24 dia. EXPEDIENTE-ITEM UM: Apreciação e assinatura da Ata 22/2018 da reunião do dia  
25 26 de junho de dois mil e dezoito. Feita a apreciação, foi constatada a necessidade de  
26 correção nas linhas 82 e 181 a 183. Dessa forma, para que sejam realizadas as correções,  
27 ficou decidido que a aprovação se dará na próxima sessão ordinária. EXPEDIENTE-ITEM  
28 DOIS: Informes: O presidente Edmilson informou que esteve presente na palestra  
29 “Panorama sobre a Previdência Municipal”, que ocorreu no último dia 26 de junho de 2018,  
30 cujo palestrante foi o conselheiro Renan Aguiar. Informou também que esteve presente à  
31 instalação da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Municipais, que ocorreu  
32 também no dia 26. Declarou que neste evento houve críticas generalizadas quanto à falta de  
33 respeito do atual governo municipal quanto às deliberações dos conselhos municipais. A  
34 conselheira Flávia informou que estará de férias no período de 06 a 20 de julho. Informou  
35 também que no dia 19 de julho participará do II Simpósio de Governança Pública, a ser  
36 realizado na Universidade Católica de Pelotas. Na oportunidade serão apresentados o  
37 Sistema CFA de Governança, Planejamento e Gestão Estratégica de Serviços Municipais de  
38 Água e Esgotos (CFA- Gesae) e o Índice CFA de Governança Municipal (IGM-CFA). O  
39 conselheiro Adroaldo Bauer informou sobre o projeto de lei que propõe modificações nos  
40 fundos dos Conselhos Municipais. Declarou-se preocupado e manifestou seu antagonismo

41 quanto ao projeto, que prevê a criação de um fundo geral. Declarou-se preocupado com o  
42 fato dos recursos estarem em um fundo sem especificidade e que poderão ser deslocados  
43 para outros fins. A conselheira Mônica informou que esteve presente na palestra “Panorama  
44 sobre a Previdência Municipal” e que o palestrante Renan Aguiar, ao tratar da previdência  
45 complementar, não leu o parecer do Conselho, que rejeitou o projeto da previdência  
46 complementar que tramita na Câmara Municipal. Destacou que no seu entendimento não  
47 houve observância da Lei 478, pois entende que deve ser lido o parecer do CAD sempre  
48 que o projeto de lei da previdência complementar for apresentado. O conselheiro Alexandre  
49 informou sobre sua preocupação quanto ao novo pedido de “impeachment” contra o  
50 Prefeito entregue na Câmara Municipal nesta semana, se for acolhido o pedido, isso poderá  
51 trancar o trâmite dos projetos do governo na CMPA. O conselheiro Vargas informou sobre  
52 publicação do site ZH, datada de 1º de julho de 2018, sobre os inativos na folha de  
53 pagamento do Estado do RS. Segundo a notícia, o total de aposentados cresceu 9,5% desde  
54 2015, alcançando 155,9 mil, o que piora o rombo da Previdência e tira do Estado a  
55 capacidade de investir e superar a crise. A matéria cita declaração do economista Ely José  
56 de Mattos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). “Os  
57 servidores aposentados têm direito adquirido e devem ser pagos, não há o que discutir  
58 quanto a isso.” Vargas sugeriu a leitura aos colegas, salientando que reportagens sobre este  
59 tema invariavelmente denominam de “rombo” o que, na verdade, é um crédito que o  
60 sistema previdenciário e os aposentados têm em face do Estado. O conselheiro também  
61 destacou o artigo 48 da Lei Orgânica do Município: “A previdência será assegurada  
62 mediante contribuição do Município e de seus servidores, nos termos da lei. Parágrafo  
63 Único - A direção da entidade de previdência será composta integralmente por  
64 representantes eleitos diretamente pelos servidores municipais, cabendo ao Município  
65 prover o órgão de fiscalização.” Solicitou ao Presidente Edmilson, por ser profissional da  
66 carreira jurídica, esclarecimentos acerca da aplicação do referido artigo. Em resposta, o  
67 Presidente Edmilson declarou que irá trazer para a próxima reunião do dia 10 de julho de  
68 2018 a análise jurídica para apreciação e debate. O conselheiro Renan esclareceu que a  
69 apresentação que realizou na última terça-feira passada tratou do “Panorama da Previdência  
70 Municipal” e não sobre o projeto de Lei da Previdência Complementar. Que o projeto era  
71 apenas um dos itens da apresentação. Destaca que inclusive, informou aos presentes que o  
72 Conselho havia emitido parecer desfavorável ao encaminhamento do projeto, embora não  
73 houvesse necessidade já que não estava tratando do tema. Discorda do posicionamento e do  
74 entendimento da Conselheira Mônica. ORDEM DO DIA-ITEM UM: Retorno sobre a  
75 demanda solicitada à PGM Setorial Previdenciária, a respeito da aposentadoria especial  
76 para Guardas Municipais. O conselheiro Renan informou que ainda não houve retorno da  
77 demanda, propondo que permaneça como item de pauta para a próxima reunião ordinária.  
78 ORDEM DO DIA-ITEM DOIS: Retorno sobre a demanda solicitada à PGM Setorial  
79 Previdenciária, a respeito da gratificação do DMAE. O conselheiro Renan informou que fez  
80 contato com o Procurador Dr. Alexandre, sendo que o procurador informou que estava  
81 analisando a demanda e deveria retornar até a próxima reunião, porém até o momento não  
82 havia retornado. Dessa forma, propôs que permaneça como item de pauta para a próxima  
83 reunião ordinária. ORDEM DO DIA – ITEM TRÊS: Relato sobre a participação dos  
84 conselheiros Jeferson Miola e Renan Aguiar no Congresso de RPPS, realizado de 20 a  
85 22/06/2018, em Florianópolis - CONAPRESP. O conselheiro Jeferson iniciou sua fala  
86 destacando a importância do evento e que sua participação foi uma oportunidade importante  
87 para o acesso a conhecimentos e a informações relevantes atinentes aos RPPS’s. Após,

88 destacou que esteve presente assistindo aos seguintes painéis: “Solidez da previdência  
89 municipal”, com Diana Vaz de Lima, da UNB. A palestrante apresentou resultados iniciais  
90 de pesquisa vinculada a programa de pós-doutorado [“Resiliência financeira de municípios  
91 e efeitos organizacionais nos fundos de regimes próprios de previdência social”], realizada  
92 junto a 2.142 RPPS em todo o país. A palestrante apresentou a realidade dos RPPS, a  
93 cultura instituída e o papel dos distintos atores – entes públicos, dirigentes e  
94 conselheiros/as. Na visão da palestrante, a independência e autonomia dos RPPS em relação  
95 aos entes públicos – Município, Estado ou União – é condição fundamental para a higidez  
96 dos mesmos. “O controle social exercido pelos Conselheiros do RPPS”, com Fernando F.  
97 Calazans, Procurador de Belo Horizonte, MG, que contextualizou os aspectos técnicos,  
98 políticos e constitucionais dos RPPS e a relevância dos Conselhos na fiscalização, controle  
99 e aprovação da política de investimentos, metas atuariais, relatórios anuais e atos oficiais  
100 das instituições previdenciárias próprias. “Desafios e perspectivas na gestão da política de  
101 investimentos”, com Ronaldo de Oliveira, consultor em investimentos da ABIPEM, e  
102 Ronaldo B. da Fonseca, consultor em investimentos. A palestra do consultor da ABIPEM  
103 abordou os desafios para a adoção de políticas seguras de investimentos dos RPPS no  
104 contexto atual de ameaça de crise sistêmica e de altíssima volatilidade e risco da economia  
105 brasileira. “Novos rumos da previdência no serviço público”, com Fábio Z. Ibrahim,  
106 professor da UERJ e Bruno Sá Martins, consultor jurídico da ANEPREM. Os painelistas  
107 expuseram os aspectos que, a juízo deles, deverão ser priorizados nas mudanças das regras  
108 dos RPPS, que impõe restrições significativas em relação às regras atuais.  
109 “Compartilhamento das boas práticas de gestão”, com a apresentação da experiência do  
110 Regime Próprio Guarujá Previdência, vencedora do Prêmio Boas Práticas de Gestão com o  
111 projeto de comunicação e educação previdenciária que tem como eixo a comunicação como  
112 ferramenta da democracia. A iniciativa, baseada na produção de vídeos breves e outras  
113 linhas de comunicação social, tem enorme audiência junto aos segurados da Guarujá  
114 Previdência. É uma experiência bastante inspiradora, que poderia aportar importantes  
115 contribuições à construção de uma estratégia em comunicação social do PREVIMPA. Sobre  
116 este painel, distribuí material impresso que trouxe do evento para consulta dos demais  
117 conselheiros. “COMPREV entre entes federados”, com Benedito A. Brunca, Subsecretário  
118 do RGPS do MF, que dissertou sobre a compensação previdenciária entre os RPPS e o  
119 RGPS e dos RPPS’s entre si. O painalista também esclareceu os prazos e efeitos da Portaria  
120 CONAPREV nº 1, de 28/8/2017, que busca aperfeiçoar o sistema de compensação entre o  
121 RGPS e os RPPS’s e também regulamentar e operacionalizar a compensação entre os  
122 RPPS’s. Ao final, sugeriu ao que o Conselho de Administração e a Direção Geral somem  
123 esforços no sentido de instituir um programa de formação permanente, o qual poderia ser  
124 compartilhado com demais RPPS’s do RS e o IPE, e que, em termos imediatos,  
125 considerando as matérias apreciadas no período recente pelo Conselho de Administração e a  
126 complexidade da conjuntura política e econômica do país, recomenda a realização de  
127 eventos técnicos com este objetivo, aproveitando o aporte técnico dos seguintes  
128 profissionais: Professora Diana Vaz de Lima, da UNB; Ronaldo de Oliveira, consultor em  
129 investimentos da ABIPEM; Guarujá Previdência, vencedora do Prêmio Boas Práticas de  
130 Gestão; e Fernando F. Calazans, Procurador de Belo Horizonte, MG. Após o relato, o  
131 conselheiro Antônio Renato pediu a palavra para complementar a fala do conselheiro  
132 Jeferson, no ponto que tratou sobre a compensação previdenciária entre os RPPS’s.  
133 Destacou que foi indicado pelo Departamento para participar da Comissão de  
134 Assessoramento Técnico do Comitê Gestor Provisório da Compensação Previdenciária

135 entre RPPS, designada pela Portaria CONAPREV nº 02/2018. Comentou que foi a primeira  
136 reunião do grupo e a mesma foi realizada por videoconferência na sede da DATAPREV,  
137 em Porto Alegre. Contou com a participação das nove representações, Secretaria da  
138 Previdência do Ministério da Fazenda, Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do  
139 Planejamento, estados membros do CONAPREV representados por Paraná, Goiás e São  
140 Paulo, municípios membros do CONAPREV representados por Porto Alegre e Salvador,  
141 ABIPEM/ANEPREM, além da empresa de tecnologia, DATAPREV, responsável pelo  
142 desenvolvimento do sistema da compensação entre RPPSs. Seguindo pauta pré-  
143 estabelecida, inicialmente ocorreu a apresentação dos membros. Em seguida definiu-se o  
144 escopo de trabalho da Comissão e a elaboração de uma agenda de reunião para a Comissão.  
145 Foram também tomadas algumas iniciativas no sentido de se buscar algumas certidões de  
146 averbações, em específico entre os entes participantes da Comissão, no intuito de simular  
147 situações de compensação, já visando um futuro projeto piloto, entre outros assuntos. Em  
148 seguida, o conselheiro Renan iniciou seu relato sobre a sua participação no Congresso de  
149 RPPS em Florianópolis – CONAPRESP. O Conselheiro informou que assistiu aos seguintes  
150 painéis: QUESTÕES PREVIDENCIÁRIAS RELEVANTES, com os palestrantes: Domingos Augusto  
151 Taufner (Conselheiro TCE/ES), Ronaldo Ribeiro de Oliveira e o Conselheiro Substituto  
152 TCE/MT o qual abordou os principais temas a respeito da previdência dos servidores  
153 públicos. Também assistiu os DESAFIOS RESILIENTES NA PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR  
154 PÚBLICO, que teve como palestrante o Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência –  
155 SPREV, Naron Gutierrez Nogueira. Assistiu, ainda, JURISPRUDÊNCIAS NA CONCESSÃO DE  
156 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, com a palestrante e consultora jurídica da ABIPEM,  
157 Magadar Costa Briguet. Após, assistiu a PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR  
158 PÚBLICO x EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL com os palestrantes Alexandre  
159 Wernesbach Neves (Presidente da Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo)  
160 e José Luiz Costa T. Rauen (Presidente da Previdência Complementar do Município de  
161 Curitiba). Por fim, assistiu as NOVAS DIRETRIZES ATUARIAIS E IMPACTOS NA GESTÃO  
162 PREVIDENCIÁRIA com os palestrantes Wilma Gomes Torres e Robson Fontoura,  
163 respectivamente Diretora de Previdência do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e  
164 Coordenador de Gestão Previdenciária do Estado do Ceará. Informou que disponibilizará as  
165 apresentações. Destacou que as apresentações, de modo geral, foram positivas e com  
166 excelentes palestrantes. Que o momento sempre é importante para a troca de informações e  
167 experiências dos gestores públicos. Pontuou, ainda, que embora importante, talvez a  
168 principal mensagem do evento é da necessidade de uma reforma da previdência. Que muito  
169 dos relatos, tanto dos palestrantes quanto dos participantes, foi da dificuldade financeira dos  
170 RPPS, em especial, dos menores municípios. Em seguida, a conselheira Mônica destacou  
171 que o momento é muito importante para a questão previdenciária, que o Previmpa deveria  
172 promover também um seminário, juntamente com o IPE e outros órgãos, e que a  
173 participação do Conselho e de todos os servidores em congressos e seminários é muito  
174 importante. O conselheiro Vargas destacou que há bem pouco tempo o desenho da pirâmide  
175 representativa da massa participante da previdência vem sendo alterado e questionou sobre  
176 o atual formato, relativamente à composição de contribuintes ativos e aposentados. O  
177 conselheiro Renan respondeu que hoje temos 8 servidores ativos para 1 aposentado, que em  
178 tempos anteriores já foram 12 servidores ativos para 1 aposentado e que estudos apontam  
179 para que até 2050 teremos 2 ativos para 1 aposentado. Esse movimento trará muitas  
180 consequências, pois chegaremos a números semelhantes aos da Europa, o que irá  
181 transformar toda a nossa realidade no setor público. Destacou ainda a questão da

182 compensação entre regimes, a dificuldade atual para se apurar os valores, porque não há  
183 uma regulamentação, sendo que a partir da aprovação da lei, poderemos solicitar  
184 informações para cada órgão, se trata de uma receita importante, o que é possível fazer  
185 neste momento o Previmpa está fazendo. O conselheiro Adroaldo Bauer destacou o  
186 momento atual do mercado financeiro, que ainda está repercutindo a paralisação nacional  
187 dos caminhoneiros, que no momento estamos perdendo no mercado financeiro, questionou  
188 como ficarão os interesses dos nossos gestores quando nosso fundo capitalizado chegar a 5  
189 bilhões, ou 10 bilhões. Declarou que o Conselho não deve prestar contas a gestores, mas,  
190 sim, a população em geral, os gestores passam, assim como cada Administração passa. O  
191 conselheiro Valter declarou que o regime capitalizado foi criado para resolver o problema  
192 da pirâmide das contribuições, mas que o problema também se deve em razão do pequeno  
193 ingresso de servidores frente ao enorme número de aposentadorias no último ano, as  
194 incertezas, a possibilidade de mudanças nas regras, só estimulam a corrida para a  
195 aposentadoria. O conselheiro Mário afirmou que o elevado número de gratificações criadas  
196 sem o devido cálculo, sem repercussão financeira, que decisões e políticas erradas  
197 trouxeram inúmeras consequências, que ações recentes do governo levaram a 1.700 pedidos  
198 de aposentadoria no último ano. Afirmou que desvios de recursos e má gestão levaram a  
199 esta situação, não há sustentação, nenhum trabalhador está seguro, nem o aposentado está,  
200 vivemos um conjunto de situações que mostram uma realidade muito séria e complicada. O  
201 conselheiro Estran declarou que este Conselho vindo discutindo desde a gestão passada a  
202 COMPREV, questionou se foi realizado estudo sobre a compensação, se seremos credores  
203 ou devedores com este estudo, que temos que fazer a nossa parte e cobrar, não esperar pelos  
204 Administradores. A conselheira Flávia solicitou um aparte na fala do conselheiro para  
205 esclarecer a todos que gestor e Administrador não são sinônimos. Qualquer profissional  
206 pode se dizer gestor, mas Administrador é somente o profissional devidamente registrado  
207 no Conselho Profissional, conforme estabelece a Lei Federal 4.769/1965. O conselheiro  
208 Antônio Renato declarou que hoje existem 600 requerimentos para compensar com outros  
209 regimes, que afirmar ser positivo ou negativo o resultado do cálculo dos valores é muito  
210 difícil, que o crédito que temos a receber é possível apurar, mas o débito é mais difícil.

211 ORDEM DO DIA – ITEM QUATRO: Distribuição dos processos de contratação dos  
212 Correios - SEI 18.13.000003801-2 e novo contrato Procempa – SEI 18.13.000003522-6,  
213 bem como distribuição do Acordo de Cooperação Técnica Rio-Previdência. Quanto à  
214 distribuição dos processos, o Presidente Edmilson manifestou entendimento de que o  
215 conselheiro Renan não deveria relatar parecer nos processos de contratação, uma vez que  
216 assina os contratos do Departamento como Diretor-Geral. O conselheiro Renan informou  
217 que iria se declarar como impedido e concorda com o Presidente Edmilson, para que não  
218 seja relator em processos de contratação, também informou que o processo que trata do  
219 Acordo de Cooperação Técnica Rio-Previdência não foi remetido ao Conselho de  
220 Administração, por essa razão propôs que seja distribuído na próxima sessão. Dessa forma,  
221 ficou decidido que o conselheiro Regis será o relator do processo do novo contrato com a  
222 Procempa, SEI número 18.13.000003522-6 e que o conselheiro Mário será o relator do  
223 processo de contratação dos Correios, SEI número 18.13.000003801-2, e que a distribuição  
224 do processo que trata do Acordo de Cooperação Técnica Rio-Previdência ficou como pauta  
225 para a próxima reunião do dia 10 de julho de 2018. ORDEM DO DIA – ITEM CINCO –  
226 Definição de pauta para a próxima reunião. O conselheiro Vargas propôs que a mesa avalie  
227 a proposição de que se peça ao Conselho Fiscal para emitir uma análise sobre a contratação  
228 da Procempa. O conselheiro Adroaldo Bauer, em relação à forma de controle do tempo de

229 fala, solicitou avaliar a possibilidade de que seja cronometrado o tempo de fala com aviso  
230 de minuto antes de findar. Apresentadas as proposições, ficou decidido pela maioria  
231 presente a pauta para a próxima reunião ordinária, marcada para o dia 10 de julho de 2018,  
232 da seguinte forma: I) Retorno sobre a demanda solicitada à PGM Setorial Previdenciária, a  
233 respeito da aposentadoria especial para Guardas Municipais. II) Retorno sobre a demanda  
234 solicitada à PGM Setorial Previdenciária, a respeito da gratificação do DMAE. III) Análise  
235 dos pareceres dos processos de contratação dos Correios - SEI 18.13.000003801-2 e novo  
236 contrato Procempa - 18.13.000003522-6. IV) Distribuição do processo de Acordo de  
237 Cooperação Técnica Rio-Previdência. V) Retorno sobre a análise jurídica a respeito do  
238 artigo 48 da Lei Orgânica do Município. VI) Outras pautas apresentadas até a quinta-feira  
239 dia 05 de junho de 2018. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Edmilson Todeschini  
240 encerrou a sessão às onze horas e 25 minutos e eu, Rogério dos Santos Colpes, lavro a  
241 presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

242 Edmilson Todeschini – Presidente

Rogério dos Santos Colpes – Secretário

243 Adroaldo Bauer Spindola Correa

Alexandre Dias Abreu

244 Antônio Renato Marrone

Eduardo Kreuzer

245 Flávia Pereira da Silva

Jeferson Miola

246 Livia Disconsi Wolitz de Almeida

Luciano Saldanha Varela

247 Lucimar Rodrigues de Souza

Marilena Ruschel da Cunha

248 Mario Fernando Antônio da Silva

Mônica Urroz Sanhotene

249 Pedro Luis da Silva Vargas

Regis Hoffmann

250 Renan da Silva Aguiar

Valdemir de Souza Estran

